



Revista
de Psicologia
ISSN 2179-1740

INSERÇÃO E TRABALHO DE PSICÓLOGAS/OS EM CONTEXTOS RURAIS: INTERPELAÇÕES À PSICOLOGIA

*PSYCHOLOGISTS INSERTION AND WORK IN RURAL CONTEXTS:
INTERPELLATIONS TO PSYCHOLOGY*

Kátya de Brito e Silva¹

João Paulo Macedo²

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar as formas de aproximação, inserção e atuação de psicólogas/os em contextos rurais. Participaram da pesquisa seis psicólogas/os que atuam em dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), três Equipes Volantes do CRAS e um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), localizados em três municípios de pequeno porte no Piauí. Os instrumentos utilizados foram observação participante, conversas informais, diários de campo e entrevistas semiestruturadas, sendo os dados tratados por meio da análise de conteúdo temática. Identificou-se que rural, enquanto categoria teórica e forma de representação, ficou invisibilizado nos discursos das/os participantes. Além disso, as dificuldades relatadas sobre a inserção profissional nesse campo dizem respeito muito mais às condições de trabalho nas políticas sociais do que propriamente a rural. Foi possível ainda verificar a carência de planejamentos e intervenções voltadas para as especificidades desses contextos. Conclui-se que a atuação de psicólogas/os em contextos rurais demanda muitos debates, sendo um campo desafiador para a profissão.

Palavras-chave: Ambientes rurais; política social; atuação do psicólogo.

Abstract

This study aimed to identify forms of approximation, insertion, and practice of psychologists in the rural context. Participants were six psychologists who work in two Centres of Reference in Social Assistance (CRSA), three itinerant teams from the CRSA and one from the Family Health Support Centre (FHSC), located in three small cities in Piauí. The instruments were participant observation, informal conversations, field diary, semi-structured interviews, which were analysed through thematic content analysis. It was identified that rural, as a theoretical category and form of representation, was invisible in participants' speech. Furthermore, the difficulties reported regarding professional insertion were more related to work conditions in social policies than to the rural environment. It was also possible to verify, a lack of planning and interventions for the specificities of this context. It is concluded that psychologists' operation in the rural environment requires many debate, and this is a challenging field for the profession.

Keywords: Keywords: Rural environments; social policy; psychologist work.

¹ Mestre em Políticas Públicas/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: katyabrito.s@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: jpmacedo@ufpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

Os contextos rurais configuraram-se como importantes campos de atuação profissional da Psicologia. Tal realidade é recente e resultada especialmente da forte inserção de psicólogas/os nas políticas sociais, particularmente o Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1990, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005.

O encontro da profissão com essas políticas tem sido objeto de várias discussões e estudos (Böing & Crepaldi, 2010; Cruz & Guareschi, 2009; Macedo & Dimenstein, 2012; Yamamoto & Oliveira, 2010). Entre as problematizações recorrentes nessa área, destaca-se a tendência à manutenção de atuações descontextualizadas, ainda pautadas no modelo hegemônico da profissão (psicodiagnóstico e o fazer clínico privatista) (Bastos & Gondim, 2010), além dos aportes teóricos e técnico-práticos serem basicamente os mesmos não importando o local de atuação, as populações atendidas e as necessidades e demandas apresentadas (Dantas, 2013; Macedo & Dimenstein, 2012).

Mas em se tratando da aproximação com o contexto rural, por ser ainda mais recente, quais desafios têm se apresentado à profissão? Que outras questões são requeridas? Para considerar tais indagações é pertinente apontar a carência no debate sobre rural na produção científica em Psicologia no Brasil (Albuquerque, 2001); e, na mesma direção, referir que tanto a formação quanto a atuação em Psicologia têm privilegiado populações e contextos urbanos (Leite *et al.*, 2013).

Ressalta-se que, na contemporaneidade, rural é considerado como uma categoria de reflexão teórica e forma de representação que ultrapassa os sentidos relativos a atividades agrícolas e a espaço físico. Assim, passa a não ser mais compreendido como sinônimo de atraso e arcaico, mas constituído por uma diversidade de elementos e atividades produtivas que fazem conexão com o urbano (Silva, 1982; Wanderley, 2000). Para Carneiro (2008), os meios rurais são compostos por contextos com diferentes formações culturais, e que se expressam por uma multiplicidade de modos de vida, pois são conjugados pela heterogeneidade criada por diferentes atores, os quais se apropriam de maneira diferente dos bens materiais e simbólicos produzidos, conformando complexas redes de sociabilidades.

Em um sentido mais amplo, considera-se que “o ‘rural’ não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada”, mas como “uma categoria histórica, que se transforma” possibilitando múltiplas representações e campos de sentido (Wanderley, 2000, p. 88). Cabe à Psicologia, como ciência e profissão,

inserir-se e acompanhar esse movimento, tendo clareza e implicação quanto à necessidade de orientar-se por modos de trabalho qualificados e condizentes com uma visão ampliada de rural, contribuindo ainda para o próprio crescimento desse debate no Brasil.

Por isso a importância de conhecer e discutir sobre o encontro de psicólogas/os com o rural em suas práticas nas políticas sociais. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar as formas de aproximação, inserção e atuação de psicólogas/os em contextos rurais. O interesse é investigar as relações dessas/es profissionais com esse novo campo de atuação na Psicologia.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo realizado com seis psicólogas/os que atuam em dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), três Equipes Volantes do CRAS e um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), localizados nos municípios de Brasileira, São João da Fronteira e Milton Brandão, no interior do estado do Piauí. Ressalta-se que esses municípios são de pequeno porte e possuem simultaneamente em sua rede de serviços, os equipamentos CRAS, Equipe Volante do CRAS e NASF.

Ademais, considera-se, neste trabalho, rural não apenas as porções territoriais fora da sede dos municípios, como definido pelo IBGE. Por serem localidades com população menor que 10 mil habitantes, a zona “urbana” dos três municípios apresentam fortes características rurais, visto que há entre os territórios rural e urbano fronteiras móveis de linhas bastantes tênues (Carneiro, 2008).

Como instrumentos foram utilizados, observação participante e conversas informais para acompanhar a rotina e o cotidiano do trabalho das/os participantes, além de entrevistas semiestruturadas para apreender os sentidos e as vivências em relação a rural em suas atuações. O roteiro das entrevistas foi elaborado com tópicos-guia abordando sobre o perfil profissional, a aproximação e inserção das/os profissionais entrevistadas/os junto aos contextos rurais e as práticas desenvolvidas.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, antes de iniciar a etapa de campo, contamos com a autorização institucional dos respectivos serviços para a realização do estudo, sendo que cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas individualmente no ambiente de trabalho das/os psicólogas/os e tiveram, em média, duração de uma hora e meia, sendo depois transcritas. Todo o itinerário de realização da etapa

empírica da pesquisa foi registrado em diário de campo como uma maneira de sistematizar as informações.

A etapa de análise de dados deu-se por meio da análise de conteúdo, na categoria análise temática (Minayo, 2006). A pesquisa respeitou todos os aspectos éticos com base na Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), sendo aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, conforme CAAE 56181416.0.0000.5214.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A aproximação e a inserção de psicólogos/os com os contextos rurais

A maioria das/os psicólogas/os entrevistadas/os foram mulheres (n=05), confirmando a predominância feminina na profissão (Lhullier & Roslindo, 2013). Trata-se de profissionais jovens, com faixa etária de 27 a 34 anos (n=04). O tempo de formação variou de dois a 34 anos, sendo realizadas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (n=03) e privadas (n=03). A maioria formou-se no próprio estado (n=04), sendo que, do total, cinco instituições estão localizadas em capitais e duas no interior. Isso demonstra a diversidade do perfil formativo das/os profissionais pesquisadas/os, considerando a maior oferta de cursos de Psicologia no Piauí (Macedo & Dimenstein, 2011).

Apesar da proximidade do perfil profissional investigado com outros estudos que tratam sobre psicólogas/os nas políticas sociais (Andrade & Romagnoli, 2010; Macedo & Dimenstein, 2012; Oliveira, *et al.*, 2014), chama atenção o fato das/os profissionais serem em sua maioria oriundas/os de municípios de pequeno porte do estado do Piauí (n=04). Enquanto Dantas (2013) identificou em seu estudo a saída de profissionais oriundas/os das capitais em busca de empregos em localidades do interior, particularmente em serviços de políticas sociais, fato interpretado pela autora como uma espécie de êxodo ao contrário, no presente estudo as/os profissionais graduaram-se em cursos de Psicologia da capital e retornaram para suas localidades de origem ou para municípios vizinhos às suas cidades.

Ter nascido ou convivido com a realidade dos municípios pequenos é ressaltado, inclusive, como elemento facilitador na inserção profissional das/os entrevistadas/os, devido o maior trânsito e a fácil adaptação frente às condições e os modos de vida e de trabalho, além das particularidades quanto aos elementos culturais e simbólicos que permeiam a realidade nessas localidades. Em contrapartida, registraram também que a relação de proximidade

devido à condição que os municípios pequenos impõem, interfere em algumas situações de atendimento/orientação, pois em alguns casos as pessoas que acessavam os serviços não se sentiam à vontade para partilhar determinadas queixas/demandas ou pedidos de suporte/ajuda profissional e proteção social.

Quanto à formação profissional, observou-se que nas graduações cursadas não houve quaisquer referências sobre aspectos conceituais e/ou metodológicos, bem como experiências de estágios envolvendo rural. No âmbito da pós-graduação, metade das/os entrevistadas/os é especialista em Saúde Mental (n=03), sendo que também realizam especializações (n=02) na área da Psicologia Clínica. Evidencia-se, nesse sentido, ausência de aprimoramentos que dialoguem ou explorem aspectos sobre rural, mas também sobre como atuar profissionalmente nos níveis básicos de atenção tanto do SUS (atenção primária, no caso do NASF, por exemplo), quanto do SUAS (proteção social básica, no caso de CRAS e CRAS Volante). Além disso, referiram que as experiências formativas em serviço (ações de capacitação técnica-profissional ou educação permanente) foram consideradas insuficientes, pois pouco contribuíram a respeito de como atuar nas políticas e junto a populações e contextos rurais: “nas capacitações vou com uma dúvida e volto com duas” (P4).

A falta de norteadores teóricos, conceituais e técnico-profissionais para atuar junto a populações rurais e às políticas sociais nos processos formativos das/os entrevistadas/os evidencia a fragilidade de embasamento técnico, conseqüentemente, do risco de cair no imediatismo da prática, operada sem reflexão qualificada, falta de criticidade e espontaneísmo, ou mesmo de incorrer em certo distanciamento profissional ou perda de sensibilidade para acolher determinadas demandas das populações (Cardoso, 2013).

Quanto às experiências profissionais anteriores, para metade das/os entrevistadas/os o vínculo atual constitui o primeiro emprego. Já a outra metade possuía experiência em equipamentos do SUS e SUAS noutras localidades do interior do estado do Piauí, sendo que uma/um entrevistada/o também referiu possuir experiência em hospitais psiquiátricos, fórum criminal e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. De todo modo, chama atenção o fato de que o primeiro emprego foi nas políticas sociais, reafirmando a tendência nacional da profissão em algumas regiões do país em que as políticas públicas têm se constituído como primeira experiência profissional das/os psicólogas/os (Macedo & Dimenstein, 2012; Dantas, 2013; Oliveira *et al.*, 2014).

Além disso, metade das/os entrevistadas/os é

concursada nos municípios onde atuam e na outra metade o vínculo é de serviço prestado. O tempo de trabalho nesses municípios é de 11 meses (n=1), dois anos (n=3), seis anos (n=1) e quatorze anos (n=1). Tal realidade diferenciou-se de outros estudos onde todas/os possuem vínculo de trabalho temporário (Macedo & Dimenstein, 2012; Oliveira *et al.*, 2014).

Nem todas/os as/os entrevistadas/os permanecem no município para cumprir a carga horária semanal no serviço, especialmente se o contrato de trabalho é de 40h. Deste modo, negociam com gestoras/es para cumprir a carga horária em até três dias da semana, com a perspectiva de manterem outros vínculos de trabalho em outros municípios próximos.

Ainda sobre a inserção profissional junto a contextos rurais, a partir dos serviços das políticas sociais, somente duas/dois profissionais consideraram essa experiência como das mais difíceis e desafiantes. No início mencionaram não saber o que fazer, sentindo-se, muitas vezes, “perdidas/os”. Tal sensação foi referida, antes de tudo, ao próprio trabalho no campo das políticas sociais, considerando que são realidades não discutidas na formação, além do mal-estar gerado pela insuficiência de suporte teórico, técnico e gerencial, bem como quanto à precarização das condições de trabalho. Uma/um das/os entrevistadas/os, inclusive, referiu que nunca teve experiências relacionadas ao universo das ruralidades. Ressaltou que sua formação foi marcada por estágios no âmbito da saúde, localizados na capital, principalmente em um único local de trabalho. Com isso, as escolhas dos locais de estágio ao longo da graduação não levaram em conta as diversas possibilidades de atuação no âmbito do SUS e do SUAS, ou em outras políticas e no terceiro setor, em diferentes contextos.

Quanto aos demais, referiram terem ficado bastante à vontade quanto a sua inserção profissional nos municípios, por contarem com experiências anteriores em outras localidades de pequeno porte. O fato de serem oriundas/os dessas localidades facilitava, em suas opiniões, a atuação nesses contextos. Porém, não fizeram nenhuma referência aos aspectos estruturais, organizativos, além da falta de apoio técnico-gerencial enquanto determinantes da inserção e atuação nesse campo, ou nos meios rurais. Deste modo, questiona-se em função das experiências que estas/estes profissionais tiveram nos equipamentos do SUS e/ou do SUAS, se não teriam passado por um processo de institucionalização, resultando na cronificação de suas funções e da capacidade de ação e crítica frente a realidade que se encontram, caindo assim no espontaneísmo que referimos antes (Costa, Figueiró, & Freire, 2014).

No geral, o que motiva as/os profissionais a

trabalharem em municípios de menor porte, é a oportunidade de inserirem-se mais rapidamente no mercado de trabalho, mesmo como recém-formados, além do ganho com a experiência profissional, a estabilidade no cargo no caso das/os concursadas/os, e por estarem mais próximos da sua cidade de origem, conciliando, em alguns casos, com outros empregos. Nesse sentido, a inserção no âmbito das políticas sociais e, particularmente, mais próxima às populações e contextos rurais, não se configura, nesses casos, como uma escolha. Isso demonstra que é por meio do trabalho nas políticas sociais que tais psicólogas/os têm se aproximado dos contextos rurais.

2. A atuação de psicólogas/os e o mundo rural

A atuação de psicólogas/os nos contextos rurais ocorre mediada pelas políticas em que estão inseridas/os. No NASF, por exemplo, realizam atividades individuais e coletivas com grupos específicos (gestantes, mulheres, etc.) nas unidades de saúde, palestras e reuniões nas escolas, além de visitas domiciliares e encaminhamentos. No CRAS e Equipe Volante são realizados atendimentos individuais e em grupo, a partir de atividades realizadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com crianças, adolescentes e idosas/os, além de visitas domiciliares, encaminhamentos, atendimentos com famílias para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, busca ativa, reuniões nas escolas, ações conjuntas com agentes comunitários de saúde, e atividades em comunidades mais distantes, a exemplo de assentamentos rurais. Dentre as atividades realizadas no território, sobressaem as intervenções no ambiente escolar, pois tanto as/os psicólogas/os vinculadas/os ao campo da saúde quanto da assistência social consideram a mais viável, em função da carga horária que dispõem no serviço, e principalmente por contarem nas escolas com um público já reunido para realizarem as atividades programadas.

Novamente fizeram referência para as condições de trabalho, sobressaindo-se em diferentes momentos: a estrutura física insuficiente, a falta de material, poucos recursos e, principalmente, a dificuldade com o transporte. Sendo que para desenvolver ações fora da sede dos municípios, no “ruralzão” propriamente dito, como foi referido, a falta de condições de trabalho é sentida com maior intensidade. A falta de transporte regular, por exemplo, impacta sobremaneira o acompanhamento de famílias e o próprio trabalho territorial na zona rural dos municípios, pois são realizados de forma espaçada e pontual, sem qualquer linha de continuidade.

Essa falta de acompanhamento e sistematicidade dá relevo a outro aspecto do trabalho com rural, que é carência de práticas no território, pensadas a partir do cotidiano e da participação das populações. Percebe-se, nesse sentido, que rural para as/os entrevistadas/os, ainda é considerado como oposto ao urbano, mantendo assim uma visão dicotômica entre rural/urbano, mesmo em localidades que apresentam fortes marcadores do *ethos* e dos modos de vida rural. Tal campo de representação faz com que as/os entrevistadas/os não reconheçam rural enquanto categoria que possibilita múltiplas representações e campos de sentido, presentes, inclusive, entre a população que reside na sede dos municípios.

Assim, exaltaram a dificuldade em atuar junto aos povos rurais, pois não conseguem visualizar que práticas profissionais são possíveis nesses contextos. Quando não, focam na saúde mental da população (identificar casos e orientar sobre possíveis quadros de sofrimento psíquico ou mesmo encaminhar para outros serviços) e restringem-se a levar informação e educar os moradores sobre determinados temas, entendendo ser esta uma prática de promoção e prevenção em saúde ou de potencialização de direitos, já que os percebem como carentes e desinformados, apesar de acolhedores e participativos.

O trabalho em rede e intersetorial foram apresentados pelas/os entrevistadas/os como aspecto dificultador, mesmo meio a possibilidade de maior contato devido à proximidade geográfica entre os serviços nestas localidades. Em vez disso, observou-se pouca articulação entre os equipamentos num mesmo "território", ao ponto, inclusive, de uma/um das/dos entrevistadas/os da assistência social referir que não sabia da existência do NASF no próprio município em que atua. Quando é necessário o encaminhamento para serviços mais especializados, recorre-se à rede dos municípios maiores da região mais próxima.

Observa-se, nesse sentido, que tais posturas profissionais e forma de organização dos serviços, ancorados em grande medida por uma abordagem setorial, com ações fragmentadas, cujo objetivo é "cumprir", em alguma medida, os objetivos de cada política, isto dificulta o investimento de ações voltadas para o desenvolvimento rural em termos territoriais, articulando diversas ações possíveis para responder às mais diferentes e complexas necessidades da população de cada localidade/região (Favereto, 2006). Como desdobramento, evidencia-se o distanciamento entre a visão de território adotado pelas políticas sociais e pela política de desenvolvimento territorial. Enquanto esta última valoriza as relações do "meio rural" com a cidade, por meio de uma perspectiva ampla do rural,

incluindo aspectos relacionados a atividades produtivas, economia, sociabilidades, identidades, dentre outros (Fuini, 2011), as políticas sociais fazem uso, prioritariamente, dos critérios do IBGE, que separam "zona urbana" e "zona rural", priorizando quase sempre a primeira em detrimento da segunda.

Assim, explica-se o porquê da Política "Territórios da Cidadania (PTC)", do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi recentemente desmontado pelo governo interino do Presidente Michel Temer, não ter sido mencionada pelas/os entrevistadas/os, apesar de os três municípios visitados fazerem parte da mesma. Tanto o CRAS e a Equipe Volante, quanto o NASF são serviços de base territorial, que precisam lidar com uma realidade multideterminada, processual e complexa dos territórios com que atuam (Andrade & Romagnoli, 2010), considerando a profunda desigualdade de desenvolvimento nestas localidades, que gera situações rurais extremadas (Veiga, no prelo).

A necessidade de maior integração das ações passa ser uma exigência não apenas entre os serviços que compõem as políticas sociais, mas especialmente com a diversidade de atores e organizações que compõe outras políticas. Isso inclui a própria organização das populações em sindicatos e associações para o planejamento territorial de cada região, com o apoio à inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar, além do apoio a pluriatividade nos meios rurais, como também a potencialização de ações de cidadania e acesso a direitos, qualificação de infraestrutura, como ações de assistência técnica rural e organização sustentável da produção, ações fundiárias, em educação e cultura, saúde, saneamento e acesso à água, no âmbito dos direitos e desenvolvimento social, de apoio à gestão territorial, dentre outros (Brasil, 2008).

As articulações dos serviços investigados com outras políticas e programas também presentes no território ampliam enormemente as possibilidades de trabalho e de intervenção profissional em contextos rurais. Especificamente no caso de psicólogas/os, estas/es poderiam contribuir com outras/os profissionais e programas para fortalecer o desenvolvimento territorial de determinadas localidades, a partir das ações acima mencionadas, além de compreender e evidenciar aspectos relacionados as dimensões culturais e simbólicas referentes a rural (Fuini, 2011). São contribuições que ajudariam a incorporar nas ações de planejamento territorial elementos relacionados às identidades, às representações sociais, a produção de sentidos, mas também regras sociais, atitudes, valores, sociabilidades, dentre outros fenômenos ou processos psicossociais, que podem influenciar no fortalecimento

da participação comunitária e organização sociopolítica dos grupos humanos que se fazem expressar sobre esses territórios.

Outros aspectos também marcam as práticas dessas/es profissionais nesses contextos, a exemplo da necessidade de adequação da linguagem no atendimento às pessoas, em função do nível de escolarização e da cultura da população que vive na “zona rural” desses municípios. Se por um lado, as/os profissionais demonstram sensibilidade em adequar sua maneira de se comunicar nesses contextos, por outro, dão a entender como precária e insuficiente a capacidade de compreensão e diálogo com as populações rurais, pois precisam “*mastigar as informações para que a população entenda as orientações nos atendimentos realizados*” (P5). Tal postura aproxima-se da prática de infantilização e tutela em que o outro é reconhecido como ser despossuído de capacidades, em vez de buscar compreender as diferenças de linguagem e de comunicação, como forma de estreitar a distância cultural e simbólica entre esses dois universos.

O atravessamento da política partidária, especialmente em época de período eleitoral, foi outro elemento bastante evocado nas entrevistas como um atravessador importante do trabalho das/os psicólogas/os nos municípios de pequeno porte. Muitas vezes atender alguém no serviço, que é próximo ou identificado com algum adversário político, pode ser um complicador, bem como deixar de atender alguém do “lado da/o prefeita/o” pode gerar uma situação de constrangimento e indisposição com a/o mesma/o. As/os entrevistadas/os referiram que há uma sobrecarga de atividades nos serviços em época de período eleitoral, especialmente nas áreas que consideram como rurais, devido haver uma maior cobrança para realização de ações que deem visibilidade ao trabalho da/o prefeita/o e sua equipe.

De maneira geral, identificou-se que os discursos das/os psicólogas/os sobre sua atuação em contextos rurais (a) reforçam a ideia de rural preponderantemente como um local físico carente, isolado, distante da cidade e de difícil acesso; (b) e que em função das condições de trabalho e da própria precarização das políticas, as/os profissionais recaem na falta de um trabalho sistemático e contínuo com as populações nos seus territórios.

3. Os desafios no encontro de psicólogas/os com rural

A atuação de psicólogas/os com rural é uma prática ainda pouco conhecida e com poucas referências técnicas, portanto, demanda muitos debates

para construir norteadores profissionais na área, apesar de algumas primeiras iniciativas presentes na literatura (CREPOP, 2013; Leite & Dimenstein, 2013). Trata-se, então, de um campo desafiador para profissão. Assim, são requeridas novas formas de trabalho que expressem coerência e implicação com rural, pois por muito tempo este debate esteve afastado do campo das preocupações de psicólogas/os.

Identificamos neste estudo algumas dificuldades quanto à inserção profissional em contextos rurais, em função muito mais das condições de trabalho nas políticas sociais do que propriamente do rural. Isso demonstra certa invisibilidade do rural, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de discutir sobre a precária organização e o parco financiamento e dificuldade organizativa das políticas públicas no Brasil (Oliveira *et al.*, 2014).

Apesar das políticas sociais terem aproximado psicólogas/os dos contextos rurais, suas diretrizes reproduzem sentidos alinhados à qualificação dos serviços prioritariamente pela ótica do urbano, deixando de contemplar leituras sobre as singularidades da relação rural/urbano (Reis & Cabreira, 2013). Deste modo, os desafios na atuação de psicólogas/os em contextos rurais ampliam-se para além de seus campos de saberes e práticas. Inclui-se, aí, a tarefa de reconhecer que a ideia de povos rurais foi ampliada, ultrapassando o entendimento que reduz o homem do campo à dimensão econômica da produção, portanto, corpo associado primordialmente ao trabalho agrícola (Martins, 2001).

Deste modo, é preciso considerar rural por meio de diferentes perspectivas: ponderar sobre sua diversidade e potencialidades; afirmação de novas ruralidades; expressões de identidades sociais no mundo rural; pluralização da ideia de rural, com destaque para a desigualdade do seu desenvolvimento no Brasil; além da compreensão das influências geradas e difundidas por distintas instituições nacionais e internacionais, e organismos multilaterais que tratam sobre o tema (Wanderley, 2000; Carneiro, 2008).

É preciso ainda problematizar o discurso do IBGE, que divide zona urbana e zona rural (Veiga, no prelo), pois apesar de necessário, sozinho, é insuficiente; a inseparabilidade entre rural e urbano (Carneiro, 2008; Wanderley, 2011); os diferentes e, muitas vezes, contraditórios posicionamentos que vêm sendo produzidos na literatura especializada de outras disciplinas sobre rural (Favareto, 2006); a carência da discussão teórica sobre rural na formação profissional (Leite *et al.*, 2013); e a “precarização” e “privatização” dos serviços nas políticas sociais (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Outro desafio é superar a carência no trabalho

com abordagem territorial, como identificada anteriormente. O que se observa – e isso não diz respeito apenas à Psicologia – é que na própria formulação de políticas e na mobilização de atores, ainda existe uma forte orientação pela abordagem setorial, e não territorial, de tal modo que o discurso sobre desenvolvimento territorial no âmbito acadêmico e governamental é ainda “por adição” de novos temas (Favareto, 2006).

Como foi possível perceber, essa falta de articulação intersetorial e de ações territoriais têm se desmembrado em ações que visam levar conhecimento e “educar” usuárias/os, apresentando caráter pontual e com frágil sistematicidade, ocorrendo em virtude das demandas de casos específicos, não se estruturando com base no cotidiano e no território (CREPOP, 2007; Andrade & Romagnoli, 2010). Para Oliveira *et al.* (2014), essa frágil postura de intervir a partir do território é percebida como uma dificuldade no desenvolvimento da prática de psicólogas/os.

Adotar a concepção de multiterritorialidade, que diz respeito à vivência concomitante de diversos territórios, envolvendo as dimensões material, simbólica e de poder (Haesbaert, 2007), quem sabe não aprofundaria o conhecimento sobre os modos de vida, as relações e os processos psicológicos e psicossociais daquelas/es que vivenciam rural em seu cotidiano. Talvez, assim, ampliaria o olhar das/os psicólogas/os sobre quem vive em contextos rurais, superando a falsa ideia de que ali encontramos pessoas desinformadas, primeira impressão da/os nossas/os entrevistadas/os, para reconhecê-las como atores políticos, com direito à cidadania, isso incluir influenciar, propor e participar de decisões que afetam diretamente seu cotidiano e seu futuro. Tal compreensão exige esforços e investimentos, com profissionais agentes e não apenas “reféns” frente aos desafios e a complexidade que constitui os muitos rurais no Brasil (Martins, 1986).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contextos rurais constituem um novo campo de atuação na Psicologia, que passa a requerer novas formas de trabalho e, com isso, demanda a aprendizagem de uma série de novas abordagens teóricas, práticas e metodológicas; e o conhecimento de novas questões e dinâmicas sociais, culturais, políticas, dentre outras, que se processam nesse campo. São, portanto, muitos os desafios que se colocam nesse encontro.

Porém, por meio deste estudo, foi possível identificar que as dificuldades e desafios relatados pelas/os profissionais possuem relação muito mais com a realidade de trabalho nas políticas em que estão

inseridas/os do que propriamente com rural (invisibilizado). Além disso, as atuações têm se dado com a carência de acompanhamento e sistematicidade que estão relacionadas, antes de tudo, à própria carência de práticas no território pensadas a partir do cotidiano e da participação das populações. Deste modo, é possível compreender que existe uma dificuldade das/os psicólogas/os em visualizarem e atuarem frente às especificidades dos contextos e povos rurais, ao mesmo tempo em que existem limitações das políticas sociais em as/os auxiliarem nessa aproximação.

Pretendemos, com este estudo, possibilitar uma reflexão contextualizada sobre como as/os psicólogas/os vêm se aproximando dos contextos rurais, no sentido de produzir algumas interpelações à profissão. Mas é preciso mencionar as limitações deste, pois é um recorte de uma realidade específica do território brasileiro e piauiense. Quanto a isso é válido mencionar que “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (Carneiro, 1998, p. 53). Nesse sentido, sugere-se que rural componha importante tema nas agendas de pesquisas futuras da Psicologia, para que possamos contemplar este tema em sua diversidade por meio de investigações nas diferentes regiões e contextos do Brasil.

Referências

- Albuquerque, F. J. B. (2001). Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en zonas rurales. *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, (191), 225-233. Recuperado em fevereiro 20, 2016, de:
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. *Psicologia ciência e profissão*, 30(3), 604-619.
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Orgs.). (2010). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (2008). Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Territórios da Cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, nº 12, jun. 2013, Seção 1, p.59.

- Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2010). O Psicólogo na Atenção Básica: Uma Incursão Pelas Políticas Públicas de Saúde Brasileiras. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 634-649.
- Cardoso, P. F. G. (2013). *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Campinas, SP: Papel Social.
- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, 53-75. Recuperado em março 29, 2016, de: .
- Carneiro, M. J. (2008). "Rural" como categoria de pensamento. *Rurais*, 2(1), 09-38. Recuperado em março 20, 2016, de: .
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP. (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/Conselho Federal de Psicologia (CFP)*. Brasília, CFP.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Brasília, CFP.
- Costa, M.G.S.G., Figueiró, R.A., & Freire, F.H.M.A. (2014). O Fenômeno da Cronificação nos Centros de Atenção Psicossocial: Um Estudo de Caso. *Temas psicol.* 22(4), 839-851. Recuperado em, 03, 2017, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a13.pdf>.
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F. (2009). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In L. R. Cruz, & N. Guareschi (Eds.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Dantas, C. M. B. (2013). *A ação do Psicólogo na Assistência Social: "interiorização da profissão" e combate à pobreza*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Favareto, A. S. (2006). *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.
- Fuini, L. L. (2011). As Novas Dimensões do Rural: Território e Arranjos Produtivos Locais. *Revista Geografias*, (9), 103-122. Recuperado em fevereiro 27, 2016, de: .
- Haesbaert, R. (2007). Território e Multiterritorialidade em debate. *GEOgraphia*, (17). Recuperado em outubro 12, 2016, de: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213>.
- Leite, J. F. et al. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J.F. Leite, & M. Dimenstein. (Eds.), *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (Eds.), *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- Lhullier, L. A., & Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: L.A. Lhullier (Ed.), *Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho Conselho Federal de Psicologia (CFP)*. Brasília: CFP.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Formação do psicólogo para a saúde mental: a psicologia piauiense em análise. *Interface - Comunicação saúde educação*, 15(39), 1145-57.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192. Recuperado em fevereiro 20, 2016, de: .
- Martins, J. S. (1986). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. S. (2001). O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos avançados*, 15(43). Recuperado em fevereiro 20, 2016, de: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a04.pdf>.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Os desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, et al. (2014). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe. 2), 103-112. Recuperado em março 21, 2016, de: .
- Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com Isso? *Psicologia: ciência e profissão*, 33 (núm. esp.), 54-65.
- Silva, J.G. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar Editores.

Veiga, J.E. (no prelo). Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In R. Piquet, & E. Oliveira (Eds.). *Economia e Território no Brasil Contemporâneo*. Recuperado em maio 03, 2017, de: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Mudancas_nas_relacoes_entre_espacos.pdf.

Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145. Recuperado em março 20, 2016, de: .

Wanderley, M. N. (2011). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. especial), 09-24. Recuperado em março 21, 2016, de: .

Recebido em: 18/05/2017
Primeira decisão editorial: 22/08/2017
Versão final: 28/08/2017
Aprovado em: 15/09/2017